



PEQUENA TRAJETÓRIA
DO ABORTO NO BRASIL

2020

Produção Independente Feminista.
Embarazoso: Pequena Trajetória do Aborto no Brasil.

Primeira edição: Julho de 2020.

Desenhos, capa, pesquisa y publicação: Beatriz.

Contato: silvamistica@grrlz.net

Essa obra pode ser reproduzida e distribuída para outras mulheres de forma não-comercial.

Bem-Vinda

Esta zine é resultado de uma série de pesquisas antropológicas e autônomas realizadas com base em experiências particulares e coletivas com relação ao aborto.

Se hoje você lê essa zine num contexto político e cultural que permite que as mulheres tenham poder de escolha com relação à gestações que acontecem dentro de seus corpos, então você, felizmente, vive num contexto favoravelmente mais feminista. Mas se lê de outro lugar que proíbe ou autoriza parcialmente estas decisões, então você provavelmente vive no Brasil ou em outros países politicamente vulneráveis. Espero que estas reflexões sejam um ponto de partida e não de paralisação para movimentações futuras em prol da descriminalização do aborto.

“nenhuma mulher recorre com alegria ao aborto”¹.

¹ Esta fala faz parte do discurso de Simone Veil, na época Ministra da Saúde da França, que proporcionou a legalização.

DESCOLONIZAR O ABORTO

é necessário para que o diálogo sobre a questão não reproduza discursos racistas, misóginos e heteronormativos.

Abortar é uma prática milenar utilizada, principalmente por mulheres, para interromper processos indesejáveis que estariam ocorrendo em seus corpos. Esses processos teriam iniciado após relações sexuais com homens que poderiam ser ou não seus companheiros afetivos. Independente disso, a decisão de seguir ou interromper uma gestação era, exclusivamente das mulheres envolvidas.

Não é tão interessante saber quem foi o médico responsável pela criação do aborto cirúrgico ou medicamentoso. As mulheres abortam desde muito antes dos homens começarem a se interessar pelo corpo feminino, antes da criação da misógina-ginecologia ou até mesmo da obstetrícia. Essas mulheres foram fundamentais para a história, apesar de existirem pouquíssimos registros de

suas ideias disponíveis por aí. O importante é que tenhamos consciência de que estas sim foram as precursoras da abortaria, da ginecologia e da obstetrícia: mulheres parteiras, curandeiras, bruxas, escravas, indígenas, brancas, pretas, lésbicas, aborteiras, “tecedeiras de anjos”, feministas e mais uma infinidade de exemplos. Estas, que por vezes, acompanharam tanto partos quanto interrupções de gestações, usaram técnicas diversas com infusões de plantas, introdução de ervas no canal vaginal, massagens ou ingestão de alimentos específicos para evitarem o desenvolvimento de gestações indesejadas.

Portanto, a vontade e a possibilidade de abortar são situações antigas, apesar de atualmente serem ignoradas como coisas que nunca deveriam ter existido ou tratadas como se ocorressem com baixa frequência. Graças à estatísticas produzidas, em grande maioria, por mulheres feministas

pesquisadoras², podemos perceber como o aborto é um processo muito mais frequente do que as pessoas imaginam e é realizado, muitas vezes, em condições péssimas por conta da clandestinidade.

Descolonizar a discussão sobre aborto também consiste em reconhecer que milhares de mulheres morrem por conta de complicações pós ou durante o processo mas que os números aumentam quando falamos de mulheres ou crianças pretas, indígenas, pobres, imigrantes ou em condições de vulnerabilidade social. Desse jeito, é essencial que o debate alcance todas as mulheres para que todas tenham acesso à discussão e aos direitos correspondentes.

O Brasil precisa, urgentemente, descolonizar coisas. Isso inclui nossa literatura, nossa história, nossa realidade material e nossa política. O próprio movimento feminista, resultado dessa realidade colonizadora, deve

² Essas estatísticas nunca alcançam resultados perfeitos, como veremos adiante, mas são excelentes instrumentos para estudarmos a questão.

estar em constante movimentação para acompanhar as demandas de todas as mulheres. É uma proposta ousada mas particularmente essencial para que seja um movimento legítimo.



HISTÓRIA ORAL DO ABORTO

História oral ou o ato de repassar conhecimentos através da oralidade é um instrumento usado por diversas sociedades não-ocidentais mas também pelas mulheres durante a história de nossas vidas.

Rituais, bruxarias, preparações medicinais, cantos, benzimentos e outras práticas eram passadas de uma mulher para outra através da “contação” dessas histórias. Isso se deu, também, porque as mulheres foram privadas dos adventos da escrita e da posse de conhecimentos relevantes durante muito tempo. Aquelas que eram publicamente reconhecidas como mestras em determinadas ciências ou medicina eram assassinadas, queimadas, violentadas ou tinham seus escritos destruídos. Esse

etnocídio³ feminino ocorreu durante a época da Caça às Bruxas, durante a Escravidão e ainda ocorre quando se trata de assuntos que dizem respeito à nosso corpo e sistemas reprodutivos. A diferença é que, nos dias de hoje, algumas mulheres conseguem estudar, registrar e até mesmo publicar suas ideias. Isso só não garante que as ideias publicadas por mulheres sejam tão reconhecidas quanto as ideias masculinas. Infelizmente, ainda há uma grande valorização do conhecimento produzido por homens.

Um dos grandes exemplos de *história oral feminina* são as receitas ou práticas abortivas. Por vários motivos, estas práticas diziam respeito somente às mulheres na antiguidade, assim como o parto e o cuidado com nossos órgãos sexuais e reprodutivos. Primeiro porque o nosso corpo não interessava à ponto de impulsionar pesquisas até, mais ou menos, o século XIX e desse jeito,

³ Essa é uma palavra usada na antropologia para se referir a um genocídio cultural, ou seja, a destruição da cultura e de registros de determinado povo ou sociedade.

partos e abortos eram assuntos ignorados pela comunidade masculina. Isso, por um lado, dava liberdade para que uma ciência do aborto fosse construída, à partir da prática discreta das mulheres da época. Segundo porque quem melhor para conhecer o corpo das mulheres que desejariam abortar do que as próprias mulheres? Por conta da semelhança dos corpos, elas poderiam se utilizar de suas próprias vivências e das observações de seus órgãos para desenvolverem receitas (no seu amplo sentido) que induzissem abortos. Essa semelhança corporal também permitiria que entendessem as dores físicas e as reivindicações daquelas que passavam pelos procedimentos.

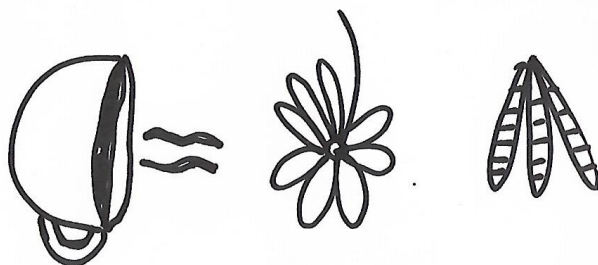
Então através de muito estudo e compartilhamento de saberes, a prática anti-cirúrgica do aborto foi desenvolvida antes mesmo da invasão da medicina moderna no nosso cotidiano.

INTRODUÇÃO DE OBJETOS NA VAGINA

foram alternativas usadas, em alguns momentos da história, para realizar auto-abortos ou abortos de terceiros. Apesar disto, a principal estratégia usada por mulheres no período pré-medicina-moderna não era exclusivamente inserir objetos cortantes pelo canal vaginal em direção ao cólo do útero. Inclusive esse discurso de que as gestações SÓ eram interrompidas dessa forma é muito frequente vindo de pessoas que visam desvalorizar o trabalho de facilitadoras de abortos que se utilizavam, principalmente de ervas como Arruda, Artemísia, Cabacinha, Canela sob a função de chás; introdução de Salsinha no canal vaginal e muitas outras plantas consideradas “emenagogas”, que induzissem a menstruação. A medicina das ervas era a principal estratégia compartilhada pelas mulheres tanto para abortar quanto para curar feridas, doenças e incômodos gerais do corpo.

Além das plantas, podemos citar rituais, cânticos e massagens que eram feitas, especificamente na região do útero e dos ovários para o mesmo objetivo.

É claro que, em situações de desespero, até mesmo hoje, há casos de mulheres que introduzem objetos perfurantes no canal vaginal ou se submetem à golpes na região útero-ovariana para tentar induzir abortos. Isso é consequência de uma privação do direito de decidir interromper gestações de forma segura e saudável.



UM CRIME FEMININO

e uma pauta feminista. Estudar sobre a trajetória do aborto no Brasil e no mundo nos faz pensar que a crescente criminalização deste é mérito (ou culpa) masculina - e não estamos erradas. A história demonstra o quanto grupos de mulheres têm se esforçado, nos mais variados contextos políticos e culturais, desde a Idade Média ou depois dos anos 2000, para possibilitarem a realização destes procedimentos. As mulheres são, por isso, as principais agentes da luta contra a criminalização, as que abortam e as que facilitam essa prática para outras.

Do outro lado da história, temos os grupos, essencialmente, masculinos que foram e continuam sendo os principais agentes da luta pela retirada da autonomia sexual e reprodutiva das mulheres.

A Caça às Bruxas no Brasil retirou a vida de muitas mulheres que tinham

domínio de ervas e outras práticas das quais os homens desconheciam. O fato de constituírem saberes desconhecidos pelo universo masculino era motivo o suficiente para taxar elas como criminosas à época. Este genocídio exterminou muitas parteiras e facilitadoras de abortos junto com seus conhecimentos. Mesmo assim, naquela época, o corpo feminino ainda não era comercialmente interessante como é hoje e, aquelas mulheres que não eram assassinadas continuavam a exercer essas funções e à transmitir os saberes para outras.

Na metade do século XIX, com o crescente interesse masculino pela exploração dos sistemas reprodutivos e sexuais das mulheres, o que chamavam na época de “exercício ilegal da medicina” foi sendo criminalizado e isso incluía o trabalho das parteiras que, na maioria das vezes, realizavam também abortos. Junto à criminalização, era comum que realizassem uma zombaria coletiva do trabalho dessas mulheres afirmando que suas práticas não eram

efetivas e não tinham evidências científicas. Sendo que o que acontecia, na verdade, era o contrário. As práticas médicas masculinas é que não tinham essas evidências e, muitas delas, eram baseadas em pressupostos particulares e misóginos à respeito das mulheres, como a suposição de que os órgãos sexuais femininos e masculinos eram os mesmos só que nas mulheres eles teriam ficado presos na parte interior do corpo por conta da sua inferioridade, ou ainda, que as dores do parto eram circunstâncias que as mulheres deveriam passar por serem consideradas pecadoras segundo o Cristianismo. Com relação ao aborto, não era muito diferente de hoje. O discurso médico e social afirmava que aborto era o mesmo que o assassinato de crianças ou infanticídio e, por isso, não deveria ser realizado.

Ainda antes do século XX, o Estado brasileiro criou cursos formativos para parteiras à fim de convencê-las de que a medicina, moderna e masculina, que estava se desenvolvendo, teria muito

mais à oferecer para o novo conceito de saúde. Nestas formações o objetivo era o de sujeitar as parteiras aos médicos e demonizar o aborto.

1830 foi o ano em que o Estado brasileiro, no formato de Império, criminalizou o aborto pela primeira vez⁴. A grande questão era que somente os terceiros que fizessem abortos em gestantes eram punidos. O auto-aborto não era citado e portanto passava batido. Isso penalizava, principalmente, parteiras ou médicos e estudantes de medicina que, na época realizavam abortos. Havia um certo descrédito no aborto auto-induzido, que na época era menos realizado do que hoje. Esses processos necessitariam de acompanhamento específicos.

Esse descrédito com relação ao auto-aborto acaba em 1890, momento em que o Estado brasileiro, em formato

⁴ Considero que a Caça as Bruxas e a própria proibição do exercício das parteiras também configurem criminalizações do aborto, de certa forma. Por isso a partir de 1830 me refiro à criminalizações estatais que levam à penas de trabalho ou de privação de liberdade.

republicano, criminaliza o aborto induzido pela própria gestante, permanece proibindo o aborto realizado por terceiros e permite que o procedimento seja realizado em caso de risco de vida extremo.

Só 50 anos depois, em 1940, o Estado volta a publicar sobre aborto, no Código Penal, oficializando o permissivo legal⁵ para abortos em casos de violência sexual cometida contra mulheres adultas e crianças do sexo feminino. Teríamos, neste momento, duas situações em que as mulheres poderiam legalmente interromper gestações indesejadas legalmente. Nos demais casos seriam punidas assim como seus ajudantes.

Depois dessa última declaração, o Estado demorou mais tempo ainda para se pronunciar sobre o assunto. Enquanto diversos países já contavam com legislações positivas para o aborto ou

⁵ “Permissivos legais” são as exceções para que se realizem práticas que são, em outros casos, consideradas crimes. Atualmente temos 3 permissivos legais para o aborto.

estariam em processo de descriminalizações diversos, o nosso país manteve-se estático e relutante à novidades progressistas. Os movimentos pró-aborto, por outro lado, nunca pararam. Inclui-se aqui tanto as mulheres (e alguns homens), médicas ou não, que continuaram promovendo abortos mesmo em um contexto onde este era crime, os coletivos feministas e suas práticas autogestivas, o movimento decorrente da revolução sexual e reprodutiva, as praticantes de ginecologias naturais/autônomas e simpatizantes. De certa forma, o Estado não contribuiu muito com a questão e a maioria dos abortos que ocorreram neste período foram facilitados por outras organizações.

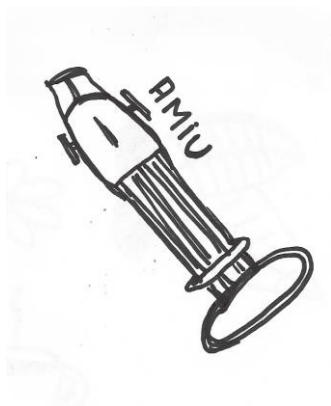
Em 2012, num Brasil totalmente diferente, passamos a contar com mais um permissivo legal para casos em que se detectasse anencefalia⁶ durante a gestação. Antes dessa autorização

⁶ Anencefalia é uma má formação cerebral que pode ser detectada logo no primeiro mês da gestação. Esta faz com que o feto não sobreviva ao nascer ou viva apenas algumas horas.

estatal, alguns abortos eram feitos por médicos de forma sigilosa para esses casos mas, muitas gestações, foram até o fim mesmo com o conhecimento de que esses fetos morreriam após o parto. Esse permissivo demorou anos para ser autorizado e até hoje não está muito explícito na legislação brasileira. Alguns estudos sobre o assunto falam sobre como o discurso construído para a legalização do aborto nos casos de anencefalia foi totalmente diferente dos outros casos. Neste, o discurso evitou ao máximo utilizar-se da ideia de que estariam induzindo abortos, evitava-se até mesmo a palavra “aborto”. No lugar disso, os médicos estariam induzindo partos. Não é à toa que a prática é descrita como “antecipação terapêutica do parto” e não está vinculada às burocracias criminais e legalistas dos outros casos.

Foi somente desse jeito que o aborto para casos de anencefalia foi autorizado pelo Estado. Nada tem a ver

com a ampliação de direitos das mulheres.



A POLÍCIA DO MISOPROSTOL

não protege as mulheres. Por mais que o Código Penal atual pretenda punir o aborto realizado por outros, sem o consentimento da gestante com uma pena de 3 à 10 anos de privação de liberdade, esta mesma legislação também pune a mulher que autorizar ou induzir o próprio aborto com a pena de 1 à 3 anos.

Há mais homens na polícia, assim como na política e na medicina. Isso tem mudado. É importantíssimo reparar no efeito positivo da inserção das mulheres, principalmente não-brancas nesses setores para o desenvolvimento de políticas públicas interessantes para as mulheres.

Hoje em dia, mulheres que recorrem à abortos clandestinos estão sujeitas a serem denunciadas, presas ou serem vítimas de medicamentos falsos ou cirurgias violentas. Aquelas que, por

terem suas situações enquadradas no que é configurado como uma situação que legitimamente permitiria um aborto, podem recorrer à hospitais e reivindicar seus direitos mas não estarão livres de passar por uma série de burocracias e humilhações públicas com o objetivo de fazê-las desistir da ideia.

E até mesmo aquelas que tentem recorrer a ajuda médica em situações de complicação pós-abortamento (induzido ou espontâneo) nos hospitais serão submetidas, na grande maioria das vezes, à um descaso e tratamento deplorável por parte dos profissionais da saúde.

A “polícia do misoprostol” não é somente a polícia estatal, mas os médicos e enfermeiros que denunciam mulheres sob a suspeita de indução de abortos, os grupos religiosos que perseguem mulheres que abortaram ou que facilitam abortos para outras, é às vezes, o pai, o irmão ou marido da gestante ou pessoas do seu convívio.

Cabe à nós - as outras pessoas - garantir a segurança das mulheres que passam por este processo assim como a dos grupos que se arriscam todos os dias para proporcionar informação e atendimento seguro à elas.

Defendo que uma das coisas mais importantes que podemos fazer, na intenção de buscar um dia termos uma política mais favorável para a questão é falar sobre o assunto. Dialogar sobre aborto com nossas mães, irmãs, tias, primas, avós, amigas, namoradas, desconhecidas, mulheres adultas ou até mesmo crianças, religiosas ou atéias, mulheres que são mães ou que não pretendem ter filhos, médicas, enfermeiras, advogadas, feministas, professoras e afins, ajuda a desmistificar a questão e a desmentir as ideias potencialmente negativas que giram em torno disto.

LENÇOS BRASILEIROS

VERDES

A nossa realidade tende a ser muito desanimadora com relação ao aborto já que a nossa política não é muito favorável para as mulheres por ser extremamente influenciada por setores religiosos e misóginos. Mesmo assim, milhares de mulheres abortam todos os dias, algumas recorrem à excursões para outros países nos quais a legislação é mais positiva, realizam o procedimento com ervas ou massagens, há aquelas que têm acesso à clínicas de aborto clandestinas e outras que usam o método medicamentoso. Os números de abortos aumentam todos os dias mas, ainda assim, não são os números reais. Por conta da situação de clandestinidade, não há como mensurar a quantidade real de mulheres que abortam, os números que temos são decorrentes de ações feministas que conseguem depoimentos dessas mulheres preservando suas identidades ou de ações do próprio Estado que buscam fazer o mesmo. Na

prática, as estatísticas representam muito mais os casos de aborto clandestino que geraram complicações e levaram as mulheres aos hospitais. Acontece que, nem sempre as mulheres sofrem com complicações posteriores, principalmente usando o método medicamentoso que, usado da forma certa, é muito eficiente. Sofremos com a subnotificação de dados que impede que todos compreendam a grandeza da questão. Até 1868 os abortos nem sequer eram notificados e, hoje, por motivos diferentes, não são registrados em sua totalidade.

Outro ponto desanimador da questão é o fato de que os abortos legais ainda são implementados com dificuldade nos hospitais brasileiros. Primeiro porque os médicos podem se utilizar da Objeção de Consciência para não participarem de processos abortivos por questões morais e/ou religiosas. Segundo porque ao buscar ajuda médica para esses casos, por vezes, as mulheres passam por violências obstétricas por parte da equipe médica. Sem contar que,

infelizmente, muitos profissionais ainda utilizam o método da curetagem ao invés da aspiração manual intrauterina (AMIU) mesmo com declarações da OMS dizendo o quanto a curetagem é violenta e desatualizada.

Mesmo com todo esse cenário lento e grotesco político brasileiro, muitas iniciativas permanecem ativas notificando, documentando e publicizando o aborto, além daquelas que promovem literalmente abortos medicamentosos, cirúrgicos ou através de tratamentos naturais. O ingresso de mulheres na área da saúde, principalmente nos setores de ginecologia e obstetrícia têm melhorado a perspectiva sobre o assunto assim como a produção de pesquisadoras da área das ciências humanas que, há um tempo, denunciam o problema e, claro, os grupos de mulheres não acadêmicas que também fazem tanto pela causa.

Há um longo percurso a ser percorrido para que alcancemos a legalização estatal do aborto. Os grandes pilares

desse projeto são o *diálogo*, as *ações autônomas independentes* e o *ingresso de mulheres nos setores da medicina, obstetrícia, ginecologia e na política*. Através desses e de uma certa dose de otimismo poderemos viver pra ver o Brasil com leis potencialmente feministas.



Indicações de Leituras

UMA LEI PARA A HISTÓRIA: A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NA FRANÇA. Simone Veil. Editora Bazar no Tempo. 2018

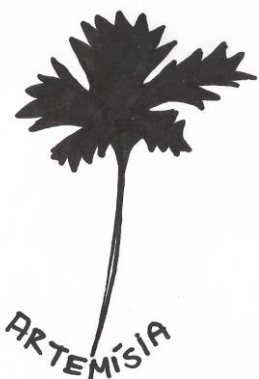
BRUXAS, PARTEIRAS E ENFERMEIRAS: UMA HISTÓRIA DE CURANDEIRAS. Barbara Ehrenreich e Deirdre English. 1981

Cartilha: “Violência Obstétrica no Abortamento”. Coletivo Margarida Alves. 2020.

<https://mapaabortolegal.org/>

UMA CIÊNCIA DA DIFERENÇA: SEXO E GÊNERO NA MEDICINA DA MULHER. Fabíola Rohden. Coleção Antropologia e Saúde. 2001.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.





BEATRIZ tem 23 anos, é antropóloga em formação, doula e estudante autônoma dos direitos sexuais e reprodutivos.